

EDUCA ITAPEVI S.A. CNPJ: 38.947.809/0001-06									
Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020									
Balancos Patrimoniais					Demonstração do Resultado				
Ativo	Não Auditado		Passivo	Não Auditado		Não Auditado		Não Auditado	
Circulante	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Circulante	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Equivalentes de Caixa				Fornecedores	8	6.409,84	-	Despesas com Pessoal	12 (617.422,14)
Tributos a Recuperar	4	385.021,68	49.000,00	Obrigações Trabalhistas	9	34.301,72	163.386,24	Despesas Gerais	12 (14.056,55)
Outros Ativos Circulantes	6	12.915,54	-	Impostos e Contribuições a Recolher	10	98.851,63	28.613,76	Despesas Tributárias	12 (2.659,84)
		458.507,88	49.000,00			139.563,19	192.000,00	Outras Desp. Operacionais	12 (31.427,30)
Não Circulante				Patrimônio Líquido				Prejuízo Antes do Resultado Financeiro	(665.565,83)
Realizável a Longo Prazo				Capital Social	11	3.439.961,00	2.739.961,00	Despesas Financeiras	(13.489,48)
Ativo mantido para venda	7	2.249.961,00	2.249.961,00	Capital Social a Integralizar			(441.000,00)	Receita Financeira	0,01
		2.249.961,00	2.249.961,00	Prejuízo Acumulado		(871.055,31)	(192.000,00)	Resultado Líquido do Período	(679.055,30)
Total Ativo		2.708.468,88	2.298.961,00	Total Passivo		2.568.905,69	2.106.961,00		
						2.708.468,88	2.298.961,00		
Demonstração das Mutações					Demonstração do Resultado Abrangente				
	Capital social Subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido		31/12/2021	31/12/2020		
Saldo em 25/09/2020 (Não Auditado)	-	-	-	-	Prejuízo do Exercício	(679.055,31)	(192.000,00)	Resultado Abrangente do Período	(679.055,31)
Capital social Subscrito	2.739.961,00	-	-	2.739.961,00					
Capital a integralizar	-	- 441.000,00	-	- 441.000,00					
Resultado do Exercício	-	- 192.000,00	-	- 192.000,00					
Saldo em 31/12/2020 (Não Auditado)	2.739.961,00	- 441.000,00	- 192.000,00	- 2.106.961,00					
Capital social Subscrito	700.000,00	-	-	700.000,00					
Capital integralizado	-	- 441.000,00	-	- 441.000,00					
Resultado do Exercício	-	- 679.055,31	-	- 679.055,31					
Saldo em 31/12/2021	13.439.961,00	-	- 871.055,31	- 2.568.905,69					
Notas Explicativas					Demonstração dos Fluxos de Caixa				
1) Contexto Operacional: A sociedade Educa Itapevi S.A foi constituída em 25 de setembro de 2020 como uma sociedade de economia mista, com prazo de duração indeterminado. A Sociedade tem como objetivo social a realização em nome próprio e por sua responsabilidade as seguintes atividades: "Exercer atividade econômica de tecnologia, ensino superior e extensão, cursos profissionalizantes, pesquisa, cultura e desenvolvimento institucional, nas áreas da Medicina e Saúde." A Sociedade tem sua sede situada na Rua Orestino Santiago Ramos, nº 672, no Bairro "Vila Nova Itapevi - Cidade da Saúde", Itapevi/SP, CEP: 06.693-005. 2) Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas brasileiras de contabilidade. A administração declara que as Demonstrações Financeiras da Sociedade apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da sociedade, com observância aos Princípios de Contabilidade. As demonstrações financeiras, exceto informações de fluxo de caixa foram elaborados segundo o regime de competência e estão representadas em moeda nacional brasileira. O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas devem baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise da recuperabilidade do ativo imobilizado nas operações, assim como análise de demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço. A Sociedade não possui de políticas formalizadas para estimativas devido ao fato de a sociedade ainda estar estruturando como pré-operacional. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de setembro de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer, provavelmente, nos até o final do exercício seguinte. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 3) Resumo das Principais Práticas Contábeis: 3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa: Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários que possam ser sacados a qualquer momento com riscos insignificativos de alterações de valor, bem como contas em moeda estrangeiras, tendo suas variações cambiais, escrituradas. Os investimentos devem estar dentro de 90 dias após a data de contratação. 3.2 Tributos a Recuperar: Os tributos a recuperar representam créditos oriundos da atividade, em relação aos valores apurados em virtude da legislação fiscal aplicável. Os créditos aqui destacados não puderam ser completamente liquidados em função da Sociedade não apresentar débitos compensáveis ou em virtude de algum dilação fiscal que impeça a sua compensação. 3.3 Outros Ativos Circulantes: Os outros ativos circulantes são determinados pela atividade da Sociedade, em que se registrem créditos necessários para manutenção de sua atividade e que não foram realizados em contas de resultado. Os valores se referem a adiantamento pagos a terceiros para prestação de serviço futuro. 3.4 Ativo mantido para venda: Um ativo não circulante deve ser classificado como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Um grupo de ativos mantido para venda pode ser um grupo de unidades geradoras de caixa, uma única unidade geradora de caixa ou parte de uma unidade geradora de caixa. A sociedade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. O ativo encontra-se registrado pelo custo histórico do ativo. 3.5 Contas a pagar e Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de					até um exercício. Caso contrário, as contas são apresentadas como passivo não circulante. 3.6 Arrendamentos: A Sociedade compreende que possui contratos de bens arrendados e, para estes, deve ser reconhecido seu ativo de direito de uso. Assim como os efeitos de amortização, despesas financeiras e passivo para o período oriundos desse ativo. Todavia, a companhia avaliou os impactos do registro desses itens nas demonstrações e considerou por avaliar as materiais para o período de 2021. 3.7 Apuração do Resultado: A receita será reconhecida na DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, quando resultada em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo. Isso significa, de fato, que o reconhecimento da receita ocorrerá simultaneamente com o reconhecimento de aumento de ativo ou de diminuição de passivo. 4) Caixa e Equivalentes de Caixa: Os saldos dos caixas e equivalentes de caixa estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, sendo também tratada a variação cambial, quando se tratar de valores lidos em moeda estrangeira.				
Banco do Brasil					31/12/2021 31/12/2020				
Total					385.021,68 49.000,00				
5) Tributos A Recuperar: Consistem dos valores a título de crédito que serão compensados na apuração de débitos existentes que serão compensados no exercício seguinte. Segue abaixo composição:					31/12/2021 31/12/2020				
INSS					8.304,71 -				
IRRF					52.265,95 -				
Total					60.570,66 -				
6) Outros Ativos Circulantes: Os valores aqui descritos correspondem a gastos não realizados como contas de resultado:					31/12/2021 31/12/2020				
Adiantamento a fornecedores					12.915,54 -				
Total					12.915,54 -				
7) Ativo Mantido para Venda: O terreno mantido para venda foi incorporado ao patrimônio através da integralização do capital do acionista Município de Itapevi, a sociedade tem expectativas razoáveis de executá-lo dentro do exercício de 2022:					31/12/2021 31/12/2020				
Terreno					2.249.961,00 2.249.961,00				
Total					2.249.961,00 2.249.961,00				
8) Fornecedores: As obrigações com fornecedores são decorrentes do fornecimento de serviços necessários às atividades da Sociedade. Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo de obrigações com fornecedores ficou assim demonstrado:					31/12/2021 31/12/2020				
Fornecedores					6.409,84 -				
Total					6.409,84 -				
9) Obrigações Trabalhistas: As obrigações trabalhistas correspondem aos valores escriturados para efeito da prestação do serviço e para a manutenção da sociedade.					31/12/2021 31/12/2020				
Salários e outros proventos a pagar					6.092,68 126.017,36				
INSS a recolher					28.209,04 37.368,88				
Total					34.301,72 163.386,24				
10) Obrigações Tributárias e Fiscais: As obrigações tributárias estão ligadas a atividade desempenhada pela sociedade, seja este incidente sobre receita própria e ou por esforço de serviços tomados e bens adquiridos advindos da manutenção das atividades exercidas.					31/12/2021 31/12/2020				
IRRF s/ Salários e Honorários a Recolher					98.109,63 28.613,76				
IRRF s/ P. Jurídicas a Recolher					37,26 -				
PIS/Cofins/CSSL Retido a Recolher					704,74 -				
Total					98.851,63 28.613,76				
O valor de IRRF em aberto se refere a retenção sobre os honorários dos diretores das competências 08/2020 a 03/2021 pagos em 04/2021, os valores foram compensados em 2022 com créditos de pagamentos recolhidos indevidamente em 2021 devido alteração da competência					31/12/2021 31/12/2020				
Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras					31/12/2021 31/12/2020				
Aos Administradores da EDUCA ITAPEVI S.A. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Educa Itapevi S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como o as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Educa Itapevi S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva: Eventos subsequentes: A Sociedade não nos disponibilizou os extratos bancários referente ao período a partir de 31 de agosto de 2022 atualizados até a data da emissão do presente Relatório, portanto, não foi possível aplicar nossos procedimentos de inspeção de transações bancárias para o período mencionado, com o objetivo de identificar eventuais eventos subsequentes que possam ter efeito nas demonstrações financeiras da Sociedade. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: As demonstrações financeiras apresentadas para a data base de 31 de dezembro de 2020, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente, desta forma, não emitimos opinião de auditoria sobre os valores divulgados como saldos iniciais. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:					Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2022.				
RSM Acal Auditores Independentes S/S - CRC- RJ - 04.080/O-9					Cláudio Silva Foch - Sócio-Responsável				
					CRC: 1RJ 102.455/O-4 "S" SP - Contador				
Diretoria:					José Lúcio Martins Machado - Diretor				
					Rogéria Flávia de Oliveira Pires				
					Contadora: CRC/MG 101065/O-3				
					Rogério Marques Noé - Contador: CRC/MG 054168/O-0				
Aos Administradores da EDUCA ITAPEVI S.A. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Educa Itapevi S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como o as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Educa Itapevi S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva: Eventos subsequentes: A Sociedade não nos disponibilizou os extratos bancários referente ao período a partir de 31 de agosto de 2022 atualizados até a data da emissão do presente Relatório, portanto, não foi possível aplicar nossos procedimentos de inspeção de transações bancárias para o período mencionado, com o objetivo de identificar eventuais eventos subsequentes que possam ter efeito nas demonstrações financeiras da Sociedade. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: As demonstrações financeiras apresentadas para a data base de 31 de dezembro de 2020, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente, desta forma, não emitimos opinião de auditoria sobre os valores divulgados como saldos iniciais. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:					Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2022.				
RSM Acal Auditores Independentes S/S - CRC- RJ - 04.080/O-9					Cláudio Silva Foch - Sócio-Responsável				
					CRC: 1RJ 102.455/O-4 "S" SP - Contador				

